

A MULHER NEGRA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: ENTRE A DESIGUALDADE E A SUPEREXPLORAÇÃO¹

Emily Santos Mota²

RESUMO

A mulher negra, ao se relacionar com o mercado de trabalho, é atravessada por questões de gênero e raça que as colocam em situações de desigualdades, em relação aos demais grupos sócio-raciais, e superexploração. A formação da sociedade brasileira foi marcada pela escravidão, e esta foi responsável pela estruturação das relações de dominação entre brancos e negros, e entre homens e mulheres, colocando negros e mulheres na base da hierarquia social. Na atualidade, as mulheres negras se encontram como maioria entre os não ocupados, ocupando lugares de menor valor social no mercado de trabalho, com o exemplo do trabalho doméstico (remunerado e não remunerado), trabalhos por conta própria (sem direitos trabalhistas), e pequeno percentual entre empregadores, o que lhes geram menores salários. A superexploração da força de trabalho combinada ao racismo é uma ferramenta sofisticada de dominação e acaba por submeter o conjunto das trabalhadoras negras a diversos tipos de condições laborais inferiores aos demais grupos.

Palavras-chave: Gênero; raça; trabalho; desigualdade; superexploração.

1 Orgão de financiamento - CAPES;

2 Pós - Graduada do Curso de Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense - UFF, emilystmota@gmail.com;

INTRODUÇÃO

A opressão de raça e gênero que o capitalismo submete a mulher, por vezes mãe, no mundo do trabalho é uma importante expressão da Questão social no Brasil. Nesse sentido, as mulheres vêm experimentando papéis sociais que mostram o quanto o espaço público e privado reforçam as desigualdades, de modo que elas estariam associadas e presas ao ambiente doméstico, enquanto os homens teriam a liberdade de trabalhar fora e vivenciar o ambiente público. Essa divisão se consolidou ainda mais no início do século XIX quando a família burguesa criou o modelo “tradicional” como aquele que é o ideal a ser seguido. As transformações socioeconômicas e a militância por parte do movimento feminista no século XX contribuíram com: a entrada da mulher no mercado de trabalho, possibilidade de divórcio, e a liberação do trabalho doméstico, que é considerado um “não trabalho”.

A relação da mulher com o trabalho não aconteceu da mesma forma para todas. Enquanto as mulheres de classe alta, majoritariamente branca, entravam no meio produtivo, a realização do “não trabalho”, que não ficou a cargo dos homens, passou a ser realizado por mulheres pretas e pardas e iniciando mais um sistema opressor intra-grupo, que amparado na cor, gerava uma diferenciação de classe, direcionando mulheres a diferentes trabalhos associados a suas identidades sócio-raciais, sendo que no caso da negra é o trabalho doméstico e os demais subalternizados com poucas garantias. Algumas reflexões mostram o quanto o racismo e o sexismo submeteram mulheres negras a altos níveis de violência e exploração, e que foram utilizados para sustentar e continuar gerando oportunidade e liberdades para a supremacia branca de classe alta.

Esse artigo busca discutir os indicadores sócio-raciais do trabalho, tomando como base as mulheres negras, identificando suas particularidades e desigualdades identitárias em relação aos demais grupos. O texto se inicia com um referencial teórico sobre a desigualdade na forma de exploração da força de trabalho, que depois se especifica sob o critério de raça e gênero, seguido dos resultados dos dados da PNAD contínua de 2019 e 2020, e considerações finais.

METODOLOGIA

O artigo contou com uma pesquisa bibliográfica acerca do tema, explorando conceitualmente, por meio da perspectiva marxista, sobre o trabalho e suas formas de exploração, adentrando na problemática da superexploração, e aprofundando a discussão dentro das condicionantes da interseccionalidade de

raça e gênero. Para compreender o retrato do mercado de trabalho pela intersecção de gênero e raça, foi utilizado o 4º trimestre da Pesquisa Nacional de Amostra à Domicílio (PNAD) dos anos de 2019 e 2020, e de lá foram retiradas algumas variáveis a serem discutidas: os rendimentos mensais, o tipo de ocupação, e o nível de escolaridade. Todos eles impactam diretamente na estrutura racial e de gênero no mercado de trabalho, e conseqüentemente na forma como os sujeitos se mobilizam na estrutura da pirâmide social.

REFERENCIAL TEÓRICO

1 A exploração e as relações de trabalho no Brasil

Para refletir sobre a exploração do trabalho, e então especificar o da mulher negra, antes é inevitável que se discuta sobre o valor da força de trabalho, e para isso Marx trouxe alguns apontamentos, e dentre eles traz dois elementos importantes.

O primeiro é que a força de trabalho só se realiza como tal trabalhando, e isso gasta uma certa quantidade de energia física e mental do ser humano, e para que seja repostado todo o gasto de energia acima do necessário (o gasto excedente), é necessário que haja o aumento da renda também [1973, t. I, p. 124] 2013, livro I, p. 245). Elevar a intensidade de energia de forma “forçada” traz como conseqüências a elevação do salário, ou seja, todo o desgaste acima do normal repercute, de forma indireta e implícita, no aumento do valor da força de trabalho expressa na valorização do salário. O resultado é que a média do número de horas trabalhadas e a média da intensidade do trabalho devem ser ponderadas, pois a média desses desgastes, ao ultrapassarem o nível normal, transforma o valor da força de trabalho para níveis mais elevados.

O segundo elemento introduzido por Marx foi que a média de desgaste da força de trabalho tem uma salvaguarda, pois, se o dono da força de trabalho em um determinado dia tem o poder de repetir o mesmo processo nos demais dias, ele pode fazer, contanto que haja as mesmas condições no que se refere a sua saúde e força.

Quando Marx trata da manutenção do trabalho do indivíduo como uma condição de vida normal, ele não considera a normalidade como um critério que exista dentro de uma marcação simples pela média, não importando se é a quantidade de horas trabalhadas, sua intensidade, ou o salário em si, mas sim o estabelecimento da qualidade de vida de um ser humano, uma vez que é lá, no corpo, que habita a força de trabalho. O trabalhador precisa conseguir proporcionar a si

mesmo o mínimo de condições de vida: se alimentar, dormir, comer devidamente de forma saudável e adequada (OSÓRIO, 2018).

1.1 *Gênero e raça: categorias interseccionais nas relações de trabalho no Brasil*

O processo de finalização da constituição pré-capitalista aconteceu por meio de pressões externas, quando a Inglaterra deu fim aos tráficos negreiros. Esse processo teve uma falsa intenção solidária de acabar com a escravidão no Brasil e América Latina como todo (CASTELO; RIBEIRO).

Embora o período da escravidão tenha chegado ao fim, e o ato de escravizar passasse a ser considerada uma prática ilegal, o velho modo de produção não finalizou por completo. A maneira coercitiva de exploração econômica/extra-econômica e política que a classe estabeleceu com o nascimento do capitalismo é uma maneira de combinação com a forma de produção anterior, que passou a ser presenciado em diversos setores da economia, e em toda a região brasileira. No campo e na cidade, tanto os escravos como os operários, coexistiam nos ambientes de trabalho, sendo oprimidos e tendo sua mão-de-obra explorada demasiadamente. Existe uma mesclagem entre escravidão e trabalho livre (que depois desencadeou no trabalho assalariado no processo de formação da classe proletária brasileira). De tal modo essa classe está enraizada socialmente na forma de exploração dos indígenas, negros escravizados e imigrantes europeus, que, posteriormente, com a organização da classe trabalhadora assalariada, tentou lutar por direitos e pelo fim do escravismo ainda presentes no capitalismo dependente (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA2019).

A Classe no modo de produção capitalista é o elemento essencial de hegemonia, entretanto, a raça não se extingue e nem mesmo coexiste como um fator secundário na dinâmica da exploração do trabalho. É complexa a lógica política que vem dessa ordem histórica. Segundo Florestan Fernandes (1988) a classe e a raça se fortalecem dentro de uma dinâmica recíproca na ordem existente, e só podem se refazer se unindo de uma forma ainda mais complexa dentro de uma sociedade totalmente nova. No capitalismo dependente, além da força de trabalho estar submetida à superexploração que movimenta as linhas gerais da lei do valor, também se submete às especificidades de suas determinações. As economias dependentes estão sustentadas sob uma estrutura racial, cuja dinâmica provoca um desgaste da força de trabalho negra, e sua reposição não se faz suficiente para restaurar a substância viva do próprio valor do trabalho, e com isso,

há o rebaixamento do valor da força de trabalho negra por estarem, a força de trabalho e as suas condições, abaixo do nível normal (LUCE, 2018).

A superexploração se manifesta a partir: do aumento da intensidade da força de trabalho; desgaste prematuro da força de trabalho; e pagamento de salários abaixo do desgaste exercido. É nessa dinâmica das relações de produção capitalista que a mão-de-obra negra se encontra em situação de vulnerabilidade (FAGUNDES, 2021).

A criação de um exército industrial de reserva, associada a níveis baixos de produção, deram a população negra poucas opções de escolhas no que se refere ao tipo de trabalho e as condições em que ele se realiza. Os ex-escravos só podiam escolher entre ocuparem o lugar de pessoas desocupadas na economia, ou aceitar trabalhos de caráter análogos à escravidão (trabalhos precários com baixa remuneração), e a quase totalidade optavam pela segunda opção. A concorrência para incorporar no mercado de trabalho era desigual: de um lado, ex-escravos sem o mínimo de preparação e políticas públicas de inclusão, vivenciando diariamente um projeto de desumanização e desvalorização moral da sua mão-de-obra, e de outro os considerados “trabalhadores nacionais”, que anteriormente não foram marcados pela escravidão, e não tiveram sua mão-de-obra com valor moralmente abaixo do especulado. (ZFLORESTAN FERNANDES, 2008).

A exploração do trabalho da mão-de-obra negra ser debatida antes da feminina não é um mero acaso. A mulher negra escravizada não existia enquanto sujeito social, era tratada como propriedade, sem direitos, cuja feminilidade não se enquadrava na qual era vangloriada entre as brancas. Ao analisar o nível de superexploração do trabalho da mulher, levando em consideração fatores como tempo de trabalho, tipo de organização familiar e rendimentos, a mão-de-obra feminina e masculina, negras, são superexploradas na mesma proporção, entretanto, o desgaste da mão-de-obra feminina é maior em função da alta sobrecarga decorrente da execução do trabalho doméstico. A desigualdade na divisão do trabalho doméstico é o principal componente que aloca mulheres para o Exército Industrial de Reserva, pois com toda a responsabilidade de cuidar da casa, dos filhos e do bem-estar do marido, muitas mulheres abrem mão do seu lugar no mercado de trabalho, ou exercem trabalhos com uma carga horária menor, que paguem menos (LOUREIRO, 2022).

Quando se coloca na mesma esquina de intersecções a raça e o gênero, a mulher negra se torna o elemento base, o sujeito cuja hierarquização a coloca na base da exploração do capital. A situação da mulher negra no que se refere à reprodução da superexploração é dada pelos salários mais baixos, pela alta concentração dessa mão-de-obra em trabalhos improdutivos, de alta invisibilidade,

e que apesar de não gerar mais-valia são trabalhos essenciais para a reprodução da vida humana, que sem eles, a classe alta e branca não conseguiria garantir a manutenção do seu lugar de privilégio, e são eles: serviço de babás, empregadas domésticas, cuidadoras de idosos, dentre outros. Nessas ocupações, para evitar que se encontrem como exército industrial de reserva, as mulheres negras suportam assédio moral, violência, abandono, os piores tratamentos no Sistemas Únicos de Saúde, e as mais altas taxas de tributação em níveis proporcionais. Essa é a estruturação racista e machista que compõe a realidade capitalista (ALMEIDA, 2019; SARAIVA, 2021).

Por ser o trabalho doméstico o grande condutor da desigualdade entre homens e mulheres, esse tema foi tratado como se as experiências com o meio doméstico entre mulheres negras e brancas tivessem se consolidado dentro de um critério universal. É sócio-historicamente inviável conduzir um diálogo que corrobore com essa universalidade das experiências quando se leva em consideração a forma de atuação da mão-de-obra das mulheres escravizadas no meio doméstico, e como essa dinâmica superexplorou a mulher negra em prol da manutenção das relações de dominação de raça e gênero. As negras escravizadas eram obrigadas a cuidar de todo o trabalho doméstico da casa dos Senhores, cuidavam dos filhos dos senhores e os alimentavam (como amas de leite), eram abusadas sexualmente e eventualmente eram utilizadas como meios de iniciação sexual de jovens brancos, e ao retornar aos seus “lares” essas mesmas mulheres ainda davam conta dos seus próprios filhos, e davam suporte a seus maridos. Essa rotina gerava um alto desgaste da mão-de-obra da mulher negra, que em poucos anos se tornavam inutilizáveis (GONZALEZ, 1984; SARAIVA, 2021). A estrutura das relações de trabalho atualmente possui uma base histórica amparada na desigualdade e superexploração de gênero e raça, e mesmo não se configurando exatamente nas mesmas condições a atualidade ainda presencia as consequências dessa história.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

2. A superexploração do trabalho da mulher negra: discutindo os indicadores na atualidade

Os resultados foram divididos em duas tabelas (4º trimestre de 2019 e 2020), onde ambas vão destacar a distribuição dos indivíduos em unidades percentuais nos indicadores de trabalho, levando em consideração os critérios de gênero e raça.

Tabela 1: Distribuição de indivíduos nos indicadores de trabalho por critério de gênero e raça em 2019 (%)

Indicadores	Referências	Mulher negra	Mulher branca	Homem negro	Homem branco
Ocupado	Sim	35,37%	42,07%	55,69%	61,64%
	Não	64,63%	57,93%	44,31%	38,36%
Tipos de ocupações	Trabalhador doméstico	17,44%	9,92%	1,44%	0,97%
	Militar	0,19%	0,19%	1,40%	1,26%
	Empregado (setor privado)	35,37%	40,99%	50,13%	47,04%
	Empregado (setor público)	17,27%	18,19%	7,79%	8,52%
	Empregador	1,97%	4,63%	3,44%	7,82%
	Conta própria	22,43%	21,36%	33,45%	32,47%
	Zero	4,43%	3,91%	10,84%	10,36%
	1 a [0,5SM]	31,33%	15,92%	23,16%	12,31%
	[0,5SM]+1 a [1SM]	18,20%	16,98%	21,77%	15,97%
	[1SM]+1 a [2SM]	22,05%	26,63%	21,33%	23,39%
Renda	[2SM]+1 a [3SM]	12,37%	16,57%	10,53%	12,52%
	[3SM]+1 a [5SM]	8,17%	12,31%	7,08%	11,59%
	[5SM]+1 a [10SM]	3,03%	6,04%	4,17%	9,22%
	[10SM]+1 a [20SM]	0,35%	1,42%	0,94%	3,71%
	[20SM]+1 ou mais	0,06%	0,24%	0,18%	0,93%

Fonte: 4º trimestre da Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio (PNAD) – 2019

O primeiro indicador é o que define se na data da entrevistas os indivíduos estavam trabalhando ou não, e nele cerca de 35,37% das mulheres negras estavam trabalhando contra 64,63% que não estavam. Entre as mulheres brancas, não só a diferença entre ocupados e não ocupados é menor como também o percentual de mulheres brancas ocupadas são maiores que a das mulheres negras. Entre os homens negros, não só a distância entre ocupados e desocupados diminuiu como também o percentual de ocupados superou o de não ocupados, distribuindo-se entre 55,69% e 44,31% respectivamente. No topo da pirâmide ocupacional, o homem branco possui a distribuição quase inversa ao da mulher negra, pois o percentual chega a 61,64% entre ocupados e 38,36% de não ocupados. Esse primeiro indicador mostra que apesar da mulher de modo geral se

encontrar majoritariamente em situação de não-trabalho, a mulher negra ainda é maioria esmagadora do Exército industrial de reserva no Brasil.

Os tipos de ocupações trazem como se caracteriza o mercado de trabalho pelo critério de gênero e raça no Brasil. A mulher negra se distribui proporcionalmente para o trabalho doméstico, tanto o remunerado como o não remunerado, se comparado com os demais grupos, e entre as referências no indicador, as mulheres negras se concentram majoritariamente como empregadas do setor privado, e quase inexistem entre as empregadoras, ou seja, as mulheres negras estão estruturadas no trabalho onde foram historicamente instituídas, na base da pirâmide social, servindo outras famílias, e raramente em espaços de privilégios. A mulher branca tem uma concentração menor nos trabalhos domésticos, remunerado ou não, e essa diferença foi direcionada para empregos no setores público e privado e como empregadoras, o que coloca a mulher branca em situação de melhor lugar na hierarquia social. O homem negro também é consideravelmente menos concentrado no trabalho doméstico, entretanto sua configuração do mercado de trabalho se apresenta de forma diferente, pois essa redução no meio doméstico o levou a se concentrar no setor privado e por conta própria, e em comparação a mulher negra, eles se superam no meio militar, como empregados no setor privado e empregador, estando, o homem negro, neste último elemento abaixo da mulher branca, nesse caso fica claro que não somente o gênero explica as desigualdades e seu processo de superexploração, mas também a raça. O homem branco possui uma configuração completamente diferente da mulher negra, e comparativamente, quase inexistem no meio doméstico, superando-a em todos os outros elementos do indicador, com exceção do emprego no setor público. O trabalho como empregador supera todos os outros grupos, colocando o homem branco no topo, sendo o grupo cuja exploração do trabalho é menor.

Em relação a renda, a mulher negra se concentra entre as que recebe até meio salário mínimo (exceto nulo), e a que recebe pouco mais de um salário até dois salários mínimos, e uma boa explicação para o primeiro dado é o benefício de políticas de transferência de renda, o que faz da mulher negra a que mais recebem valor nessa faixa de renda em relação aos demais, e sendo possível perceber também que a concentração significativa desse grupo estagna na faixa dos três salários mínimos, e isso é referente aos tipos de ocupação e alto nível de não ocupação desse grupo no mercado de trabalho. A mulher branca possui uma concentração menor entre as que recebem zero de renda, se comparado a mulher negra, e suas maiores concentrações está entre as que recebem até 2 e 3 salários mínimos, entretanto, a maior concentração significativa desse grupo vai até 5 salários mínimos, superando a mulher negra. O homem negro se distribui

mais entre os que recebem até meio e 1 salário mínimo, e tem maior concentração significativa igual a mulher negra, até 3 salários, entretanto, ele se distribui de forma igualitária entre as faixas de renda, com exceção da de 20 salários ou mais. O homem branco também possui uma distribuição mais igualitária, e isso se mostrou um padrão de gênero, entretanto, seu diferencial está maior na concentração significativa até 5 salários, e uma maior proporção entre as faixas de rendas mais altas, principalmente se comparado a mulher negra.

A seguir tem-se os dados de 2020.

Tabela 2: Distribuição de indivíduos nos indicadores de trabalho por critério de gênero

Indicadores	Referências	Mulher negra	Mulher branca	Homem negro	Homem branco
Ocupado	Sim	28,34%	36,41%	50,84%	56,43%
	Não	71,66%	63,59%	49,16%	43,57%
Tipos de ocupações	Trabalhador doméstico	20,49%	8,46%	1,24%	0,79%
	Militar	0,00%	0,21%	1,59%	1,34%
	Empregado (setor privado)	44,23%	38,76%	48,75%	44,63%
	Empregado (setor público)	26,25%	20,28%	8,93%	9,21%
	Empregador	2,32%	4,35%	3,37%	7,69%
	Conta própria	0,15%	22,7%	33,52%	34,14%
	Trabalhador doméstico não remunerado	6,56%	5,68%	2,60%	2,19%
	Zero	7,11%	3,49%	8,6%	10,68%
	1 a [0,5SM]	29,49%	19,28%	26,47%	15,44%
Renda	[0,5SM]+1 a [1SM]	18,76%	14,43%	21,61%	20,00%
	[1SM]+1 a [2SM]	24,83%	30,21%	22,53%	21,84%
	[2SM]+1 a [3SM]	13,29%	15,56%	9,62%	12,33%
	[3SM]+1 a [5SM]	6,53%	10,15%	6,96%	9,90%
	[5SM]+1 a [10SM]	0,00%	5,64%	3,30%	7,38%
	[10SM]+1 a [20SM]	0,00%	1,01%	0,73%	2,04%
	[20SM]+1 ou mais	0,00%	0,23%	0,18%	0,39%

Fonte: 4º trimestre da Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio (PNAD) – 2020

O primeiro indicador é o que define se na data da entrevistas os indivíduos estavam trabalhando ou não, e nele cerca de 28,34% das mulheres negras estavam trabalhando contra 71,66% que não estavam. Entre as mulheres brancas, a diferença entre ocupados e não ocupados é menor, e o percentual de mulheres brancas ocupadas são maiores que a das mulheres negras. Entre os homens negros, também a distância entre ocupados e sem ocupação diminuiu e o percentual de ocupados superou o de não ocupados, estando distribuídos entre 50,84% e 49,16% respectivamente. Entre os homens brancos o percentual chega a 56,43% entre ocupados e 43,57% de não ocupados. Esse primeiro indicador mostra o mesmo fenômeno de 2019, de tal modo que a mulher negra de forma ainda mais expressiva, ainda é maioria esmagadora do Exército industrial de reserva no Brasil.

Os tipos de ocupações trazem como se caracteriza o mercado de trabalho pelo critério de gênero e raça no Brasil. A mulher negra se distribui proporcionalmente para o trabalho doméstico, tanto o remunerado como o não remunerado, se comparado com os demais grupos, e distinguindo no próprio indicador, as mulheres negras se concentram, em sua maioria, como empregadas dos setores privado e público, e pouco participativas entre as empregadoras. A mulher branca tem uma concentração significativamente menor nos trabalhos domésticos, remunerado ou não, e tem outro diferencial importante em relação às negras, que é uma presença mínima no meio militar, e esse é um forte indicativo de uma mobilidade maior da mulher branca na pirâmide social se comparada a mulher negra. Há, inclusive uma concentração de brancas empregadas nos setores público e privado, assim, como as negras, como conta própria, e como empregadoras, o que coloca a mulher branca em situação de melhor lugar na hierarquia social. O homem negro também é consideravelmente menos concentrado no trabalho doméstico, entretanto sua configuração do mercado de trabalho se apresenta de forma diferente, pois essa redução no meio doméstico o levou a se concentrar no setor privado e por conta própria, e em comparação a mulher negra, eles se superam no meio militar, como empregados no setor privado e empregador. O homem branco, assim como em 2019, possui uma configuração completamente diferente da mulher negra, e comparativamente, quase inexistem no meio doméstico, superando-a em todos os outros elementos do indicador, com exceção do emprego no setor público, e isso mostra como a mulher negra consegue mais oportunidades no meio público, em função da hegemonia masculina e branca no empresariado brasileiro. O trabalho como empregador supera todos os outros grupos, colocando o homem branco no topo, sendo o grupo cuja exploração do trabalho é menor.

Em relação a renda, a mulher negra se concentra entre as que recebem até meio salário mínimo (exceto nulo), e a que recebe pouco mais de um salário até dois salários, assim como em 2019, e foi possível perceber também que a concentração significativa desse grupo estagna ainda na faixa dos três salários mínimos, e isso é referente aos tipos de ocupação e alto nível de não ocupação desse grupo no mercado de trabalho. A mulher branca possui uma concentração menor entre as que recebem zero de renda, se comparado a mulher negra, e sua maior concentração está entre as que recebem até 2 salários mínimos, entretanto, a maior concentração significativa desse grupo vai até 5 salários, superando a mulher negra. O homem negro se distribui mais entre os que recebem até meio salário, e tem maior concentração significativa igual a mulher negra, até 3 salários, entretanto, nesse ano a distribuição foi menos igualitária entre as faixas de renda, com exceção da de 20 salários ou mais. O homem branco manteve uma distribuição mais igualitária, entretanto, seu diferencial está maior na concentração significativa até 5 salários, e uma maior proporção entre as faixas de rendas mais altas, principalmente se comparado a mulher negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontando anteriormente, o modelo econômico atual está ancorado numa formação estrutural com base na escravidão e como consequência a superexploração da força de trabalho da população negra. Assim, a população negra no país assumiu os piores cargos de trabalho com uma jornada ampliada e um desgaste maior da força de trabalho acarretando numa divisão racial do trabalho. Essa desigualdade de socialização do mercado de trabalho fez com que brancos e negros ocupassem posições diferentes no mercado de trabalho. Os brancos estão incumbidos dos melhores cargos com maiores remuneração, e os negros com condições de trabalho análogas a escravidão.

Nessa complexa formação social, a mulher negra inicialmente invisibilizada, uma vez que não era considerada um sujeito social e vista como mera mercadoria. E posteriormente, passa a assumir o topo da superexploração do trabalho em relação ao desgaste da mão-de-obra, pois acumulam o trabalho produtivo com o trabalho doméstico. Assim a mulher negra está na base da exploração do capital, pois no cruzamento das intersecções são oprimidas tanto pelo gênero quanto pela raça. Assim, sendo superexploradas recebem os salários mais baixos e estão concentradas nos trabalhos improdutivos, invisíveis, de reprodução da vida. Nesses postos, ainda estão submetidas ao mais diversos tipos de violências sejam simbólicas, psicológicas e/ou físicas.

Na estrutura da pirâmide social as mulheres negras ocupam os cargos com menores remunerações e com funções mais desgastantes. Além disso, são as que se encontram em maior proporção fora do mercado de trabalho comparando as mulheres e homens brancos. O que reforça a assertiva que a mulher negra compõe substancialmente o exército industrial de reserva. Em relação aos tipos de ocupações as mulheres negras estão concentradas no trabalho doméstico em sua maioria no setor privado sendo raras entre as empregadoras, ou seja, realizando o trabalho de cuidados de outras famílias para que as mulheres brancas pudessem assumir trabalhos remunerados. Em relação à renda, a mulher negra também se encontra entre as que recebem menor remuneração, seja pelo fato de serem as beneficiadas de programas de transferência de renda do governo federal, ou pelo fato de ocuparem os cargos de trabalhos com menor valor social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ÁVILA, M. B; FERREIRA, V. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Dossiê Psicologia & Sociedade**, Recife, n. 32, 2020.

CASTELO, R.; RIBEIRO, V.; ROCAMORA, G. Dependence capitalism and the origins of the “social question” in Rio de Janeiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 137, p. 15-34, abr. 2020.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Cap. 1. p. 36-49.

LOUREIRO, E. Z. As mulheres entre o exército de reserva e a superexploração da força de trabalho: o estado da baía nas primeiras décadas do século XXI. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 436-465, abr. 2022.

LUCE, M. S.. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias - uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018

MARX, K. **O Capital - Livro I - Crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital - Livro II - O processo de circulação do capital.** Tradução: Rubens Enderle. Ao Paulo: Boitempo, 2013.

OSORIO, J. Sobre **Superexploração e capitalismo dependente.** Caderno CRH, v. 31, p. 483-500, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/ccrh/a/k4bFtvb59dcscp75pkNZRxn/?lang=pt>>.

SARAIVA, C. G. **A relação entre trabalho doméstico, valor e capitalismo dependente:** uma crítica à luz da teoria da reprodução social. 2021. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.